



RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO

REFERÊNCIA: Pregão Eletrônico nº 017/204– Processo Administrativo nº 20566/2024

IMPUGNANTE: DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFÉ EIRELI

OBJETO: Registro de preço para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento, por demanda, de gêneros alimentícios, para atender as necessidades das secretarias vinculadas a Prefeitura Municipal de Formosa-GO.

I – DOS FATOS

Trata-se de impugnação protocolada pela empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFÉ EIRELI ao edital do Pregão Eletrônico nº 017/2024.

A empresa **DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFÉ EIRELI** argumenta, que:

Dos Fatos

Sem embargo, infelizmente, o edital em apreço tece exigências excessivamente restritivas que se opõe a legalidade e aos princípios informadores da licitação pública, que impedem que a disputa seja ampla, assim, solicita-se a avaliação e a compreensão desta Douta Comissão de Licitação. Com efeito, o problema havido no presente edital concentra-se na exigência de entrega dos itens em um curto prazo de tempo a contar da data do recebimento da nota de empenho. A exigência de que os produtos sejam entregues em prazo exíguo após o recebimento da autorização de fornecimento/nota de empenho é irregular, uma vez que tal medida restringe o universo dos licitantes, privilegiando apenas os comerciantes locais/regionais, podendo encarecer a proposta de preços ou afastar licitantes da disputa, comprometendo o caráter competitivo da licitação. O prazo do edital para a entrega da mercadoria quando desproporcional resulta em diminuição da concorrência, visto que apenas os fornecedores localizados em extrema proximidade com o local de entrega podem participar, uma vez que os prazos de entregas muito curtos importam em considerável aumento no custo de transporte. Na fixação do prazo de entrega do produto deve-se levar em consideração a



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

questão da localização geográfica do órgão licitante, de forma a permitir que o maior número de interessados tenha condições de participar da licitação. Deve-se observar, ainda, o tempo que o licitante vencedor disporá entre o recebimento da ordem de compra/empenho e a efetiva entrega dos materiais, considerando o seguinte sistema operacional: separação dos produtos licitados, carregamento e deslocamento da sede da empresa até o Município. Ademais, não se mostra razoável que a Administração, a quem compete o exercício de suas obrigações pautado em mínimo planejamento, submeta empresas com quem contrata a súbitas necessidades, colocando-as em eterno estado de prontidão para atender a demandas em prazo demasiado exíguo. A exigência retratada no presente Edital sem a menor dúvida, afronta a competitividade e a razoabilidade. Deve se considerar ainda, que os licitantes têm de embutir no preço dos seus produtos os riscos decorrentes da aplicação de eventuais multas por atraso na entrega, visto que o prazo muito curto não permite que seja realizado o despacho com o devido cuidado, nem a ocorrência de eventualidades como interrupções nas estradas, etc.

Nesse passo conclui-se que há ilegalidade e restrição no prazo alencado, trazendo como consequência prejuízo a Administração, devido à diminuição da competitividade, dificultando ao Poder Público a oportunidade de comprar melhor. Como sabido, os procedimentos licitatórios têm por finalidade precípua a obtenção da proposta vantajosa para a administração.

1- Fundamentação Legal :

a. Princípio da Competitividade: De acordo com o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, o processo licitatório deve assegurar a participação de interessados em condições de igualdade. O prazo de entrega estipulado no edital é excessivamente curto para a natureza do produto, o que pode desestimular a participação de empresas qualificadas e preparadas para fornecer o produto conforme as especificações, comprometendo a competitividade do certame.



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

b. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório: Conforme o artigo 12,

§1º da Lei nº 14.133/2021, o edital deve especificar de forma clara e precisa todas as condições e exigências para a contratação. O prazo de entrega atual pode não contemplar todas as variáveis envolvidas na execução do contrato, o que pode levar a problemas na execução e ao não cumprimento das condições acordadas.

c. Princípio da Adequação aos Seus Objetivos: O artigo 7º, §1º da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o edital deve prever condições que possibilitem o cumprimento do contrato e a obtenção do resultado desejado. O prazo de entrega estipulado pode não ser suficiente para garantir a integridade e a qualidade do produto final, considerando a complexidade e as especificidades envolvidas.

2- **Impacto da Inadequação do Prazo:** A imposição de um prazo inadequado pode levar a problemas logísticos, comprometer a qualidade do produto e causar dificuldades para o cumprimento das obrigações contratuais. Além disso, pode resultar em penalidades para a empresa vencedora e prejudicar o andamento do contrato.

3- **Pedido de Revisão:** Solicito a revisão do prazo de entrega para 15 (quinze) dias, que acreditamos ser mais condizente com as exigências do registro/contrato e que permitirá a participação efetiva e justa de todas as empresas interessadas.

Os Tribunais de Contas, como o Tribunal de Contas da União (TCU), já emitiram cartilhas e manuais com orientações sobre prazos de entrega de produtos e outros aspectos relacionados a licitações e contratos. Por exemplo, o TCU disponibilizou uma nova versão do Manual de Licitações e Contratos, que inclui orientações detalhadas sobre a aplicação da Lei 14.133/2021. Esses documentos são importantes para garantir que os processos de contratação pública sejam realizados de maneira eficiente e transparente, respeitando os prazos e promovendo a competitividade.



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

Vamos examinar alguns editais de pregões eletrônicos com objetos semelhantes e comparar os prazos de entrega apresentados.

Comando de Policiamento do Interior – 6 – Santos/SP

UASG 180154

Termo de Referência 148/2024

5. Modelo de execução do objeto

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da entrega da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Cel. Joaquim Montenegro, 282 - Aparecida, Santos/SP, 11035-000.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

- Município de Nova Odessa/SP

1. RESPOSTAS AOS REQUISITOS DE ENTREGA

Natureza do objeto a ser contratado é de bem comum, cujo padrão de desempenho e qualidade pode ser aferido por especificações usuais de mercado, conforme detalhado no item 6, enquadrando-se, portanto, nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 10.520/2002 e do inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 10.024/2019.

Prazo de entrega será de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento, na qual conterá todas as informações necessárias para o cumprimento da demanda.

O material constante da Autorização de Fornecimento, bem como da nota fiscal, deverá ser entregue na sua totalidade, sendo vedada a entrega parcial, respeitando os casos de entrega fraacionada descritos neste Estudo Técnico Preliminar.



MUNICÍPIO DE NOVA ODESSA

CHEFE DE GABINETE

Página 18 de 45

O material deverá ser entregue conforme especificações da planilha no seguinte endereço:

8. Almoxarifado Central



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação



CIDADE DE SÃO PAULO EDUCAÇÃO

Diretoria Regional de Educação São Miguel
Avenida Nordestina, 747 - Tel.: (11) 3397-5004

11. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

11.1. A entrega será única. O prazo de entrega ocorrerá em até 10 (dez) dias corridos da confirmação de recebimento da nota de empenho.

11.1.1. Local de entrega:

Almoxarifado Diretoria Regional de Educação São Miguel

Endereço: Rua Décio Angelo Chiuivitti, 780 F Vila Americana São Paulo SP CEP 08020-360

Telefone: (11) 2297-8342



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS

Os produtos deverão atender as especificações descritas no Edital conforme as especificidades de cada um já descritas no objeto de licitação (Item 5). Todos os produtos deverão conter na embalagem impresso de forma indelével: registro do fabricante no M.S., marca, nome do fabricante e fantasia, CNPJ, e-mail, n° do lote, data de fabricação, validade, peso, composição, telefone do SAC (serviço de atendimento ao consumidor). Deverá ainda ser respeitado o tipo de embalagem como frasco, lata, caixa, pacote e o peso/volume de cada item. As embalagens deverão apresentar integridade física: sem abertura, amassaduras, rasgadas, furadas ou violadas.

4.1. Garantia:

Os itens deverão ser substituídos em até cinco dias úteis em caso de não atendimento ao objeto do pedido conforme discriminado no item I ou em não atendimento aos requisitos da contratação item 04.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de entrega dos produtos é de 10 dias corridos, contados a partir da data do recebimento da autorização de fornecimento expedida pela Secretaria de Compras e Licitações, no horário das 06:30 às 10:30 h em dias de expediente normal.

Vejamos, ainda, alguns entendimentos:

O prazo de cumprimento é demasiado exíguo e resulta em diminuição da concorrência. Traz à baila manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), em que assim se posiciona: “[...] se mostra desarrazoada e excessiva, comprometendo o caráter competitivo do certame, já que contribui para afastar potenciais fornecedores, incapazes de assumir tais obrigações em razão da distância entre suas sedes e o município, privilegiando apenas os fornecedores locais, o que contraria o disposto no inciso I do §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/93. (Denúncia nº 862.524 – Relator: Conselheiro R. Dom Pedro II, 440 – Campinas – São José – SC –



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

CEP: 88.101.320 – Tel: (48) 3094-0412 Cláudio Couto Terrão, sessão de julgamento para referendo pela Primeira Câmara em 1º/11/2011). No mesmo sentido, colaciona-se julgado do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso que corrobora tal entendimento e aplicável ao caso análogo, in verbis: Acórdão nº 13/2015-TP Licitação. Edital. Violação ao caráter competitivo. Exigência de entrega de bem em prazo exíguo. A previsão em edital licitatório de prazo exíguo para entrega de produtos ou prestação de serviços, para atendimento da frota municipal, prejudica o caráter competitivo do certame, contrariando o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que privilegia os fornecedores locais e restringe a participação de potenciais interessados, que ficam impossibilitados de cumprir as obrigações previstas devido à distância entre suas sedes e o município licitante. (Denúncia. Relator: Conselheiro José Carlos Novelli. Acórdão nº 13/2015- TP. Julgado em 24/02/2015. Publicado no DOC/TCE-MT em 13/03/2015. Processo nº 17.880- 2/2014). Apenas em situações excepcionais e de emergência, seria justificável a exigência de cumprimento de prazo tão exíguo e de condição tão rígida, o que não é o caso da contratação em tela. O Município poderia adotar outras medidas para evitar o atraso na entrega dos produtos, em decorrência de sua distância geográfica para com outros Municípios e Estados Brasileiros, a exemplo de manter estoque de produtos para situações emergenciais.

4- **Considerações Finais:** Em vista do exposto, peço que esta impugnação seja considerada e que o edital seja ajustado para refletir um prazo de entrega mais apropriado, de modo a garantir a competitividade e a viabilidade do certame. Em síntese, requer sejam analisados os pontos detalhados nesta impugnação, com a correção necessária do ato convocatório para que se afaste qualquer antijuridicidade que macule todo o procedimento que se iniciará. Especialmente, é a presente solicitação de Impugnação com modificação o prazo de entrega, visando o atendimento ao princípio da razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, e isonomia, sendo que a referida mudança baseia-se na ampliação do caráter competitivo da referida licitação. Diante de todo o exposto, requer e espera meticulosa atenção desta Comissão de Licitação, para acolher as alegações trazidas a lume e rejeitar o Edital medida em



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

apreço, **SUSPENDENDO** o ato convocatório para posterior republicação com as devidas correções, como de obediência ao sistema normativo vigente.

II - DA TEMPESTIVIDADE

Prescreve o subitem 12 do Edital Pregão Eletrônico nº. 017/2024:

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.3. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

Considerando os textos transcritos, bem como a data da sessão no dia 04 de outubro de 2024, tem-se por tempestiva as impugnações apresentadas.

III – DA ANÁLISE

Os pedidos de impugnações acima apresentados foram encaminhados a Secretaria Municipal de Governo – Superintendência de Compras, responsável pela elaboração do Termo de Referência, o qual retornou com a seguinte resposta:



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência de Compras

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Processo Administrativo nº 29569/2024
Pregão Eletrônico nº 017/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO, POR DEMANDA, DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS VINCULADAS A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA-GO.

1. DA IMPUGNAÇÃO

1.1. Trata-se de pedido de impugnação impetrado pelo representante legal da empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 33.174.960/0001-27, com sede na rua Beta, nº. 387, bairro Vila Paris em Contagem-MG, CEP 32.372-090, por intermédio de seu representante legal o sr. Eduardo Mesquita de Souza, portador da cédula de identidade RG nº. MG-17.164.106, e do CPF nº. 117.980.086-96, impugnação ao Edital de Pregão Eletrônico nº 017/2024, em face do ato convocatório, que tem por objeto a Aquisição de Gêneros Alimentícios. Alega o impugnante que o edital prevê como prazo de entrega, inadequado e contrário aos princípios estabelecido pela lei nº 14.133/2021.

1.2. Ao final requer a impugnante pedido de revisão.

3- **Pedido de Revisão:** Solicito a revisão do prazo de entrega para 15 (quinze) dias, que acreditamos ser mais condizente com as exigências do registro/contrato e que permitirá a participação efetiva e justa de todas as empresas interessadas.

2. DAS PRELIMINARES

2.1. A Lei da n.º 14.133/2021 estabelece os princípios que deverão nortear as licitações e contratos no âmbito da Administração Pública, sendo estes aplicados a todas as modalidades do processo licitatório, para tanto citamos:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência de Compras

2.2. Os termos legais supracitados aplicam-se ao certame em andamento por meio do instrumento convocatório, Edital n.º 017/2024, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios, para atender as necessidades das secretarias vinculadas a prefeitura municipal de Formosa-GO.

3. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

3.1. Nos termos do Art. 164 da Lei n.º 14.133/2021, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão eletrônico. O Edital n.º 017/2024 no item 12 assim estabelece:

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>)

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação. 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame

3.2. Portanto, admite-se e julga o pedido de impugnação formulado pela empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI, nos termos da legislação vigente de sua legitimidade.

4. DA ANÁLISE DO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

4.1. O representante legal da empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI solicita a alteração do prazo de entrega para os itens que integram o objeto da aquisição, cuja previsão foi detalhada no item 5.1 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n.º 017/2024, tendo sido expressa nos seguintes termos:

5.1. O prazo de entrega dos materiais é de 03 (três) dias, dentro do horário de expediente, contado do recebimento do empenho, em remessa parcelada (a ser informada pelo Superintendência de Compras), no seguinte endereço: Secretaria de Governo/Superintendência de Compras: Praça Rui Barbosa, Centro Administrativo, CEP: 73.801-220 Formosa-GO. Horário: de 2ª a 5ª feira das 08h30min às 11h00min e 13h30min às 17h00min. TEL: (61) 3981 – 1065.

4.2. Inicialmente cumpre frisar que a estipulação da descrição de itens para atendimento das atividades e ações da Administração Pública assim como a opção por um prazo de entrega que seja adequado é uma prerrogativa desta.



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação



PREFEITURA DE FORMOSA


Secretaria Municipal de Governo
Superintendência de Compras

4.3. Nesse sentido, após as considerações expressas acima, conclui-se que necessidade de alteração do item 5.1 do termo de referência do Edital n.º 017/2024, com vistas à busca pela isonomia entre os licitantes que pretendem participar do certame, evitando-se a restrição da competitividade em desfavor das empresas situadas em outras cidades ou estados da Federação, e que sejam potencialmente aptos a participarem do certame.

4.4. *Desta forma, entendemos que a impugnação ora apresentada possui fundamentação ou amparo legal para invalidar o procedimento licitatório, devendo o edital ser retificado quanto ao prazo mínimo para entrega do objeto.*

5. DA CONCLUSÃO

5.1. Deste modo, presente os requisitos de forma prescritos em lei, a impugnação reúne condições para ser conhecida, após, analisado pontualmente alegação do impugnante resolve tomar como tempestiva a solicitação de impugnação formulada por DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO DE CAFE EIRELI, aos termos do edital do Pregão Eletrônico supracitado e no mérito reputar DEFERIDA a solicitação de impugnação do edital, devendo ser ampliado a previsão do prazo para entrega do produto para 15 (quinze) dias.


Edimilson Cardoso de Moura
Superintendente de compras



PREFEITURA DE FORMOSA

Secretaria Municipal de Governo
Superintendência Executiva de Licitação

IV – DECISÃO

Assim, em face da fundamentação exposta, DECIDO:

a) Pelo conhecimento da Impugnação apresentada pela empresa DMS COMERCIO E DISTRIBUICAO , uma vez que é tempestiva;

b) Concedo Provimento à impugnação apresentada pela impugnante em face do Pregão Eletrônico nº 017/2024 – Processo Administrativo nº 29569/2024, retificando e republicando o instrumento convocatório, conforme §1º, art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

Intime-se.

Publique-se.

Registre-se.

Formosa, 02 de outubro de 2024.

LUCIENE DE SOUZA BERNARDO

Pregoeira